

Banco Central divulga regras complementares dos leilões de deságio

por José Carlos da Silva
de São Paulo

Depois de aproximadamente sete horas de reunião, o Banco Central (BC) divulgou na última sexta-feira, em São Paulo, as circulares nº 1.302 e 1.303 que regulamentam a conversão da dívida brasileira em investimentos, complementando a Resolução 1.460.

O edital que contém os itens do procedimento do primeiro leilão de 29 deste mês será publicado no próximo dia 24, portanto cinco dias antes do leilão. A partir daí a publicação será com dez dias de antecedência.

A regulamentação fixa um teto de conversão via leilões de US\$ 150 milhões ao mês, mas o diretor da área externa do BC, Armin Lore, disse que esse montante, bem como os itens que tratam da questão, poderá ser alterado dependendo do resultado do primeiro leilão. "Esta não é uma regra fixa, em função da quantidade de recursos a ser convertida, não podemos estabelecer regras definitivas", observou.

Sobre a reivindicação das bolsas de valores do Rio e de São Paulo de garantir 25% dos recursos convertidos em leilão para os fundos de conversão, Lore disse que isso está sendo estudado. Quanto ao outro pleito das bolsas de valores, de que fosse fixada uma taxa de corretagem de

0,5%, ele esclareceu que essa taxa foi fixada em 0,15%.

Uma vez autorizada a conversão, o investidor tem até trinta dias para levantar os recursos depositados no BC em moeda estrangeira não remunerada, que serão liberados pelo valor líquido de acordo com o respectivo desconto. Embora esses saques possam ser feitos de acordo com a necessidade do investidor, Olímpio Ferreira de Almeida, chefe do Firce, lembra que a autoridade monetária fará um controle na liberação desses saques para evitar problemas de caixa, caso haja pedidos num mesmo dia.

O presidente do BC, Elmo Camões, disse que a regulamentação leva em conta o cuidado de não expandir a base monetária via nova emissão de moedas, acrescentando que a conversão possibilitará o aumento de investimentos no País, reduzindo consequentemente a taxa de desemprego.

Quanto às dívidas vencidas (Resolução n. 1.125), cujos pedidos foram apresentados até 20 de julho do ano passado, Lore disse que ainda restam US\$ 600 milhões para serem liberados, o que deverá ser feito até junho próximo. Ele acrescentou ainda que nessa liberação já está embutido o impacto sobre a base monetária.